

Veja: mais um *partido* neoliberal

Carla Luciana Silva*

Este artigo tem como objetivo apresentar referências teóricas, a partir da experiência de uma pesquisa empírica, sobre a necessidade de romper com os padrões liberais de análise e compreensão da grande imprensa, para avançar na sua análise crítica.¹ A esta visão contrapõe-se a sugestão gramsciana de entender a imprensa como partido político. Assim, o “sujeito” imprensa tem uma ação concreta política, pedagógica e de gerenciamento, de acordo com outras fontes formuladoras. No caso em estudo, a revista *Veja*, percebemos vínculos estreitos entre a sua formulação e as propostas políticas do Fórum Nacional, órgão que tem entre seus sócios fundadores importantes políticos brasileiros, vinculados especialmente ao projeto do PSDB.

A PREDOMINÂNCIA DO PADRÃO LIBERAL

A interpretação sobre o papel da imprensa no mundo contemporâneo não pode deixar de lado os conflitos presentes na própria sociedade capitalista. Por isso a predominância da visão *liberal* faz parte do processo de ocultamento da função histórica da grande imprensa: a manutenção da acumulação do capital. A denominação “liberal” é a forma mais usual de interpretação, usada pela própria imprensa, inclusive por *Veja*. Mas também é correntemente usada por leituras críticas, aparecendo como sendo a própria natureza da imprensa, como se a ela coubesse: vigiar o poder, aferir a opinião pública, ter responsabilidade social, garantir a liberdade de opinião. Estes são valores comumente associados à imprensa “liberal”, ou simplesmente “grande imprensa”, e que aparecem como sendo a própria natureza da imprensa. Quando se observa que ela não cumpre com esses preceitos, se avalia que se trataria de “desvios” de função que precisariam ser corrigidos.

A liberdade de expressão é a chave de qualquer sociedade libertária. No entanto, são os grandes veículos de imprensa empresariais que se colocam como guardiões desses direitos, pois a liberdade acaba sendo submetida ao acesso à impressão, à distribuição, ao financiamento, o

* Professora Adjunta do Curso de História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Campus de Marechal Cândido Rondon. carlalssilva@uol.com.br

¹ Esse texto é uma adaptação do capítulo um da Tese de Doutorado *Veja: o indispensável partido neoliberal*. 1989 a 2002. Doutorado em História. UFF, Niterói, 2005. Foi apresentado no Simpósio *O marxismo e a questão da determinação na História*, no XXIII Simpósio Nacional da ANPUH, ocorrido em Londrina, em julho de 2005.

que demarca limites permanentes na história da imprensa. Isso se agravou no final do século XX com uma enorme concentração de capital, que fez com que o jornalismo se restringisse cada vez mais em torno de grandes empresas.

Aliado a isso, temos a idéia da imprensa como Quarto Poder.² Esse poder estaria colocado acima dos conflitos sociais, a ponto de tornar a imprensa capaz de imparcialmente julgar os atos dos demais poderes institucionalizados, tornando-a uma “entidade” que vigiaria os outros poderes. O caráter vigilante faria da imprensa um sensor, que observaria e denunciaria eventuais irregularidades, o que seria feito em nome de “toda a sociedade”.

Para essa interpretação a imprensa deve ser entendida como um agente neutro, tendo direito a acesso primordial às informações, para delas fazer as checagens e a divulgação que achar necessário, mas supondo que sempre o resultado de seu trabalho será a *notícia*, um relato *verdadeiro* dos fatos. A população daria uma representação política ao jornalista, que por sua vez seria o vigilante dos poderes constituídos. O “compromisso com o leitor” daria aos órgãos da imprensa o status de sujeito acima dos demais, que poderiam transitar no meio político sem com ele se confundir.

Para se construir enquanto portadora da verdade é fundamental a idéia de objetividade, e por isso são estabelecidos modelos de atuação – a deontologia da mídia – que define regras e princípios, encarando a mídia como uma prestadora de serviços. Quanto às funções dos meios de comunicação, Bertrand, em seu manual, cita: “*observar o entorno*”; “*assegurar a comunicação social*”; “*fornecer uma imagem do mundo*”; “*transmitir a cultura*”; “*contribuir para a felicidade: divertir; fazer comprar*”.³ Ele

caracteriza ainda como a principal “responsabilidade” da mídia “*servir bem à população*”.⁴ Nessa definição, temos a imprensa como prestadora de serviços, regida sob a lógica do mercado, visto que um de seus objetivos é “fazer comprar”. Mas, ela não se submeteria a uma regulamentação legal ou externa de qualquer natureza, pois se trataria exclusivamente de um serviço, que seguiria regras mercadológicas. Além disso, a “liberdade de imprensa” seria regulada pela própria imprensa.

Um desdobramento dessa posição é a afirmação de que a publicidade garante a liberdade de expressão, como se o caráter empresarial da imprensa se desse exclusivamente pela garantia de ter anunciantes. Oculta-se que há relações políticas necessárias à manutenção dos interesses de mercado, seja para o jornal, seja para os anunciantes. Essas relações são uma das faces da *ação partidária* da imprensa, que necessita também da criação de um *estilo de vida* e de comportamento, que permita um programa político, social e econômico tanto para os anunciantes como para todo o mercado do qual a imprensa faz parte.

Imprescindível ainda à imprensa liberal é a noção de “opinião pública”. Ela seria expressão do pensamento “da maioria”, e justificaria as tomadas de posição dos próprios órgãos de imprensa. Ocorre que é questionável que opinião pública exista antes do momento em que é criada.⁵ Para que ela existisse “naturalmente” deveria haver a garantia de que esse público tenha tido oportunidade de conhecer, discutir, e só então opinar, e não é isso que ocorre. A opinião pública tem sido usada para permitir aos veículos defender quaisquer posições, bastando para isso manipular padrões técnicos de legitimação

² MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em ‘tempo real’: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 59.

³ BERTRAND, Claude-Jean. *A deontologia das mídias*. Bauru, EDUSC, 1999, p. 26-28. Grifos meus.

⁴ Idem, p. 13.

⁵ SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: 2002, p. 43. Essa interpretação se baseia em BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe”. In: Michel J MThiollent. *Crítica metodológica, investigação social & enquête operária*. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987.

de suas posições, o que é feito em sintonia com os institutos de pesquisa, que muitas vezes pertencem às próprias empresas jornalísticas.

A imprensa vigia o poder, e faz isso supostamente em nome de todos, o que se consubstancia dizendo que fala em nome da “sociedade brasileira”, do “país” etc. No entanto, isso é uma expressão ideológica que oculta que o papel de cão de guarda exercido pela grande imprensa se dá em nome dos próprios interesses das empresas jornalísticas e de suas relações de classe.

PARTIDO, GERENCIAMENTO E AÇÃO PEDAGÓGICA

Como contraponto, defendemos a visão da imprensa como agente *partidário*, a partir de uma leitura gramsciana. Ela existe enquanto sujeito político construtor de consenso e de hegemonia: formulador, organizador e fiscalizador de programas e projetos dos quais as próprias empresas jornalísticas fazem parte. Há um padrão tido como “natural”: o liberal. E há uma ação política e econômica passível de ser percebida mas oculta, a ação *partidária*: que formula, gerencia e educa.

Para interrogarmos as relações de poder das quais a mídia faz parte, não podemos tomá-la como um sujeito à parte, mas como integrante da própria engrenagem de reprodução do sistema do capital. Por isso há que compreender as relações de classe das empresas jornalísticas, que embasam sua atuação *partidária*. Essa atuação não é isolada, remete à existência de estados maiores, onde são formuladas visões de mundo e formas de organizar a dominação, das quais derivam os encaminhamentos quanto ao gerenciamento da ordem do capitalismo. E sua função ideológica se materializa na constante ação pedagógica.

AÇÃO PEDAGÓGICA: EDUCAÇÃO CONTINUADA

Gramsci chama a atenção para o sentido pedagógico da atuação dos partidos. É aqui onde *Veja* tem uma ação mais evidente, na consolidação de uma visão de mundo, tanto no que diz respeito à

própria história vivida, como também na inserção dos seus leitores como seres políticos, agentes em posição específica no mundo do trabalho, o que requer padrões comportamentais de forma mais ampla. O jornalismo, nessa perspectiva, é visto como uma “*escola dos adultos*”,⁶ posto que “*não se pode falar de elite-aristocracia-vanguarda como de uma coletividade indistinta e caótica*”,⁷ portanto, faz-se necessária uma formação sólida e coerente.

Uma revista como *Veja* é um instrumento da luta de classes, na medida em que nela se constroem embates ideológicos vivos, ou seja, aqueles que dizem respeito ao desenvolvimento histórico. Mas, como vimos, a visão liberal muitas vezes busca ocultar o fato de que a imprensa possui um “*projeto orgânico, sistemático e argumentado*”,⁸ que se cria no âmbito da editora, como uma “*estrutura material da ideologia*”, que busca organizar a “*estrutura ideológica de uma classe dominante, isto é, a organização material voltada para manter, defender e desenvolver a ‘frente’ teórica ou ideológica*”.⁹ Por isso, além de agir com relação aos problemas da grande política (as questões que definem o rumo dos acontecimentos macroeconômicos e políticos), mantém uma ação permanente na pequena política (as pequenas questões e intrigas políticas que normalmente são mostradas como mais importantes).

Sem descuidar da conjuntura, é nas grandes questões que *Veja* busca influenciar, sempre apontando o rumo a ser seguido. Isso ocorre sistematicamente a partir das interpretações que são propostas acerca do real, que ampliam ou restringem a possibilidade de que o leitor perceba os elementos motores da história vivida.

O seu alvo é a construção de uma organicidade em torno de uma ação de classe, criando

⁶ GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 229.

⁷ Idem, p. 231.

⁸ Idem, p. 32.

⁹ Idem, p. 78.

seus próprios intelectuais, que querem com ela buscar uma unidade de ação comum. Por isso ela toma para si o papel de educação continuada, na medida em que mantém o processo educacional escolar, pautando, dizendo informar, e ao mesmo tempo mantendo a divisão dos “lugares sociais”, ditando como cada um deve se comportar. Mas o projeto é cuidadoso no sentido de buscar aparecer como sendo essencial para cada um, deve ser internalizado, fazer sentido na própria individualidade; ao mesmo tempo, diz ser para todos: “a nação”, o “país”, “a sociedade”. A ação pedagógica ensina também o sujeito a se comportar de acordo com as mudanças de seu mundo, ou seja, o processo de criar necessidades, de criar o seu consumidor, e mais que isso, um novo *estilo de vida*. Há uma inversão do sujeito, pois os leitores deveriam apenas “se adaptar” às mudanças que a revista “vai mostrar”.

A IMPRENSA COMO PARTIDO

As reflexões de Gramsci sobre jornalismo também são um ponto de partida para avançar com relação à questão da organicidade dos órgãos de imprensa e seu caráter partidário, pois o que dá unidade à “opinião do dono” não é fruto de um gosto pessoal. Para Gramsci, jornais e revistas são “meios para organizar e difundir determinados tipos de cultura”,¹⁰ e estarão sempre articulados a um agrupamento cultural, “mais ou menos homogêneo, de um certo tipo, de um certo nível e, particularmente, com uma certa orientação geral”. A organicidade do jornal, dada pelas relações de classe que ele encerra, lhe confere o caráter de atuação *partidária*, atendendo a objetivos previamente definidos. Mais que isso, “são os jornais, agrupados em série, que constituem os verdadeiros partidos”.¹¹ Eles têm a dupla função: informar e opinar. E o tempo todo as duas são misturadas: a necessidade de ser informado faz com que muitas vezes se receba

opinião e programa de ação partidário como sendo mera informação.

Há sempre uma unidade em torno da qual se cria um órgão de imprensa. Ele não existe para expressar toda e qualquer posição, mas aquelas que se afinam entre si, mesmo quando nele existam espaços para expressão de posições contraditórias. Muitas vezes, a unidade precisa ser entendida em relação à editora, onde melhor se visualiza a ação empresarial, sobretudo na indústria cultural segmentadora. Isso só fortalece a unidade das revistas em separado, pois há mecanismos responsáveis pela sua unidade, sendo os editores uma parte disso.

Retomamos a associação entre jornalismo e partido político proposta por Gramsci. O partido é, para alguns grupos, “*nada mais do que o modo próprio de elaborar sua categoria de intelectuais orgânicos*” e que é “*o mecanismo que realiza na sociedade civil a mesma função desempenhada pelo Estado, ou seja, proporciona a soldagem entre intelectuais orgânicos de um dado grupo, o dominante, e intelectuais tradicionais*”, pois tem como papel “*elaborar os próprios componentes, elementos de um grupo social nascido e desenvolvido como ‘econômico’ até transformá-los em intelectuais políticos qualificados, dirigentes, organizadores de todas as atividades e funções inerentes ao desenvolvimento orgânico de uma sociedade inteira, civil e política*”.¹² Como qualquer partido formal, o jornal não escapa das contradições internas, e também de conflitos permanentes que a realidade lhe coloca. Diante disso, a capacidade de seu programa propor soluções é permanentemente colocada em xeque, num processo tenso de negação e reafirmação. Mas a sua atuação enquanto intelectual coletivo é a de formular, organizar e gerenciar. É, portanto, uma ação de direção e de dirigente, e a formulação se dá sempre em conjunto com outros agentes.

A imprensa se constitui como *sujeito* para permitir sua ação *partidária*. Os grandes jornais e revistas se utilizam desse mecanismo

¹⁰ Idem, p. 32.

¹¹ Idem, p. 218.

¹² Idem, p. 24.

para legitimar a sua ação, escondendo seu caráter partidário. Eles atribuem a si mesmos um caráter autônomo, a partir dos preceitos da suposta independência, que permite, por exemplo, que a *Folha de São Paulo* “fale de si mesmo” como *A Folha*, *O Estado de São Paulo*, como *O Estadão*, e assim por diante. Eles aparecem quase como pessoas: querem, sentem, opinam... Eles “criam” a si próprios, e isso facilita encaminhar projetos e propostas concretas.

Eles apontam caminhos, promovendo debates, assumindo para si o papel dirigente de classe, também por ser a eles atribuído o papel de organizar a “agenda coletiva”. Mas isso não implica em filiação a um partido formal, pois “a imprensa é partidária, não no sentido de defender este ou aquele partido, mas no de ter um programa a defender”.¹³ E isso remete à existência de vínculos com outros formuladores e gerenciadores.

ESTADO MAIOR, FORMULAÇÃO E GERENCIAMENTO

Assim como ocorre com os demais partidos burgueses, a imprensa se vincula a associações com partidos formais, com outros órgãos de imprensa, e outras formas associativas, apontando para a constituição de estados maiores e *think tanks*, ou seja, organizações onde são formuladas as linhas gerais da ação de classe. A reprodução do capital necessita de gerentes que em níveis diferenciados ajam nos embates políticos. A hegemonia não se dá de forma homogênea, mas é historicamente construída e cotidianamente defendida. É necessário interrogar as formas com que esse processo é coordenado.

O projeto de dominação não é criado por um jornal ou revista específico, tampouco é elaborado no âmbito exclusivo da imprensa, mas remete a uma experiência organizacional mais ampla, seus estados-maiores. Por isso, os grandes jornais

e revistas podem ser vistos como os grandes “intelectuais orgânicos do capital”. E estão indissociados do caráter teórico e ideológico de defesa do neoliberalismo e a sua existência prática. Ou seja, fazem parte do “governo mundial das empresas”.¹⁴

Uma das características desse processo são as concentrações das grandes empresas, sobretudo na área da comunicação e entretenimento. A articulação disso nos anos 1990 faz com que apareça como inevitável o caminho para “o mercado”, como se uma mão invisível estivesse a guiar permanentemente a ação humana, aparecendo como natural no mundo “globalizado”. Esse projeto se desdobra em vários aspectos, de acordo com a ação partidária específica. Tão relevante quanto a busca do convencimento em torno dos ideais neoliberais, é a explicação, o ensinamento e o gerenciamento em torno de suas necessidades concretas: “Do mesmo modo que um exército precisa de oficiais superiores militares, uma massa de trabalhadores, que cooperam sob o comando do mesmo capital, necessita de oficiais superiores industriais (dirigentes, managers) e suboficiais (...) que durante o processo de trabalho comandam em nome do capital. O trabalho da superintendência se cristaliza em sua função exclusiva”.¹⁵ Há uma interligação entre Estado, sociedade política e “sociedade civil” para influenciar nas escolhas em termos organizativos e também para obrigar os governos a tomarem decisões neoliberais. E por outra, levar os ensinamentos aos subalternos, aqueles que vão dar as ordens diretamente ao mundo do trabalho sobre como devem se comportar.

Tudo isso envolve uma gama de profissionais, que têm diferentes níveis de ação como intelectuais orgânicos gerenciadores. Existe uma vasta organização transnacional ao longo do século

¹⁴ Na expressão de CHOMSKY. Noam. *O lucro ou as pessoas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002, p. 22.

¹⁵ MARX. *O Capital*. V. 1. Livro 1. São Paulo, Abril Cultural, 1983. Capítulo IX. “Cooperação”, p. 264.

¹³ JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo: Hucitec / Salvador: Edufba: 1996, p. 26.

XX, para além dos interesses nacionais, que têm como fim o gerenciamento propriamente dito do processo de acumulação. Trata-se de uma verdadeira “*internacional capitalista*”, como mostrou o vasto estudo documental de René Dreifuss.¹⁶

A prática de formulação e gerenciamento, aponta para a existência de estados maiores em nível transnacionais que se remetem às empresas de comunicação. *Veja*, como principal revista da editora Abril, não se pauta por si própria, nem é portadora de um programa para toda a burguesia, sequer que defina todos os meandros da dominação. Ela atinge a uma fração mais ou menos definida do que seria a “elite do país”, e mesmo assim, em consonância com muitas outras organizações de classe, vinculadas ao projeto de abertura ao capital externo, o que é muito bem expresso em suas “páginas amarelas”. Por isso há que apreender como se dá a organicidade de programa e projeto entre a revista e os setores que propõem a abertura da economia, procurando seus intelectuais orgânicos, *think tanks* e partidos.

O PROGRAMA DO FÓRUM NACIONAL: ESTADO MAIOR DE *VEJA*?

A criação do Instituto Nacional de Altos Estudos, organizador do Fórum Nacional, em 1988, buscou pautar, organizar e gerenciar o sistema do capital no Brasil e suas transformações. A editora Abril, especialmente a revista *Veja*, tomou para si a disseminação desses ideais e práticas, tornando-os compreensíveis aos diversos setores sociais (através de sua ação pedagógica) buscando influenciar diretamente nas ações políticas por sua atuação *partidária* (junto ao Congresso Nacional e Poder Executivo), utilizando-se a justificação de sua “independência” e de ser portadora da “opinião pública”.

Essa ação não exclui a de outras entidades associativas, trata-se de uma ação em conjunto, de acordo com as especificidades dos diferentes segmentos de classe. Também não implica em que o Fórum tenha apenas a revista como alvo de ação. Ele parece dar continuidade a ligações orgânicas de longa data. Muitos de seus intelectuais atuaram como técnicos de alto nível durante o regime militar, em acordo com definições de organizações como IPES, APEC, CONSULTEC, e outros. João Paulo dos Reis Velloso foi técnico burocrata da APEC (Análise e Perspectiva Econômica), vinculada à Consultec (Sociedade Civil de Planejamento e Consultas Técnicas Ltda), que tinha entre seus membros Roberto Campos.¹⁷ As atividades do Fórum parecem se assemelhar a estas, atuantes no âmbito da Ditadura em termos de formulação e poder organizativo.

Ao processo de redemocratização correspondeu uma reorganização desses mesmos grupos, retomando a ação de classe, e de busca de organicidade em suas ações políticas e de um projeto “nacional”. Havia planos para a campanha eleitoral, mas não um projeto político unificado. Após a Assembléia Nacional Constituinte de 1988 foram organizados grupos, em torno da preparação das eleições presidenciais, especialmente o Movimento da Convergência Democrática (MCD), que agregava várias associações dos diferentes ramos empresariais,¹⁸ e propunha “lançar as bases de uma ‘revolução política nacional’, mas ‘não com armas, e sim com a difusão de idéias’”.¹⁹ Dentre seus membros: Octavio Gouveia de Bulhões, ex-ministro da fazenda do primeiro governo militar; Affonso Celso Pastore, ex-presidente do Banco Central; Ernane Galveas, ex-ministro da Fazenda; Ives Granda Martins, jurista; João

¹⁶ DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. 1918 – 1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986, p. 27.

¹⁷ DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981, p. 90-93.

¹⁸ DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989, p. 287-289.

¹⁹ Idem, p. 287.

Havelange, presidente da Fifa; José Olympio, editor; Mario Henrique Simonsen, ex-ministro da Fazenda; Miguel Reale, jurista; Sergio Quintella, presidente da Internacional de Engenharia. Vários deles eram vinculados aos Ipes. Entre seus objetivos principais estava a organização de um programa e a apresentação de um candidato viável às eleições. E “*se cogitava do preparo de uma ação cuidadosa de acompanhamento do novo presidente e seu ministério, fosse ele mais ou menos simpático ao empresariado. O objetivo era mudar a mentalidade do empresariado e da população, numa perspectiva programático-política e não somente de ação. Em outras palavras: ‘fazer 1964’ nos moldes civis, em termos de liderança intelectual e política. Ou seja, em termos de ação hegemônica*”.²⁰

Esse grupo assumiu o papel de “estado maior”: “*incentiva estudos e pesquisas de natureza sociológica, econômica, política e científico-tecnológica — o que não só permitiria o detalhamento das propostas gerais, mas também a preparação de novos quadros*”.²¹ Havia a busca de organização e direção, ou seja, ainda não havia unidade em torno de um projeto político, as mudanças econômicas eram impostas a partir de fora. Estavam em busca de um candidato que colocasse esse projeto em prática. A escolha de Collor como candidato preferencial não foi consensual. Foram três os candidatos apoiados pelo MCD: Collor, Afif Domingos e Aureliano Chaves. Cada um recebeu por parte do grupo um “padrinho” e uma equipe: “*Sérgio Quintella ficou com Collor; Ozíres Silva passou a cuidar de Aureliano; e Otávio Gouveia de Bulhões (com Ives Gandra da Silva Martins e Sobral Pinto) foi indicado como ‘patrono de Afif Domingos’*.” Assim, “*as direitas não tinham projetos políticos para o país, mas apenas planos de campanha eleitoral*”,²² mas tinham certeza de que apenas a sua organização de classe permitiria alcançar o poder político.

Há que ter presente as ameaças de volta dos militares, constantes sintomas da desorganização da direita e da organização dos movimentos sociais. Nos momentos em que estava comprometida a possibilidade de estabelecer consenso, a ameaça de retomada da força se fazia presente, o que era reiterado muitas vezes por *Veja*. Como exemplo, a fala de Antonio Ermírio de Moraes: “*ou botamos o país nos trilhos ou o processo democrático corre perigo e vamos voltar a bater continência*”.²³

Nesse contexto se organiza e ganha força o *Fórum Nacional*, que não se confunde com o MCD, mas possui membros em comum. Ele assumiu a tarefa da elaboração do programa de parcelas do empresariado nacional, com o sentido neoliberalizante. Segundo seus fundadores, ele “*não é uma simples instituição de pesquisa, ou órgãos de debates. Funciona como agente da sociedade civil, em caráter independente e apartidário e com sentido pluralista. Sua preocupação é contribuir para o diálogo das lideranças nacionais, públicas e privadas (Poder Executivo, Congresso, Poder Judiciário, organizações empresariais, sindicais, acadêmicas, confessionais, comunitárias, personalidades de prestígio e influência). Diálogo orientado pela busca de caminhos para o desenvolvimento do país, em suas múltiplas dimensões: econômica, social, política, cultural. E voltado para o processo de tomada das decisões para tanto relevantes*”.²⁴

Criado em 1988, paralelo e em sintonia com a criação do PSDB, ele não se restringiu ao processo eleitoral, mantendo seu papel de estado maior, como fica claro nas definições de suas funções. O Fórum foi criado com a seguinte definição oficial: “*O I Fórum Nacional, realizado no Rio de Janeiro em novembro de 1988 (tema básico: Idéias para a Modernização do Brasil), procurou desenhar um amplo painel das questões mais relevantes do desenvolvimento nacional, já com a clara intenção de encontrar as respostas para seu enfrentamento. Um grande número de especialistas debruçou-se, durante vários meses a examinar: I - os problemas conjunturais*

²⁰ Idem, p. 285. Grifos meus.

²¹ Idem, p. 290.

²² Idem, p. 265.

²³ Apud Dreifuss, p. 268.

²⁴ Site do Fórum Nacional. www.inae.org.br.

da economia (inflação, dívida externa, déficit público); II - a crise brasileira e a agenda para sua superação (orientada para o objetivo de modernização econômica, social e política); III - os desafios para o Brasil da nova economia mundial; IV - as várias opções estratégicas vislumbradas (nova estratégia industrial e tecnológica; retomada do crescimento; crescimento com redistribuição e reformas; modernização do capitalismo nacional; reforma do Estado).²⁵

Veja, além de elogiar a iniciativa e dar-lhes cobertura, abriu indiretamente suas páginas para que propusessem o seu “projeto nacional”, o que nos faz acreditar na existência de ligações orgânicas em termos de projeto político e de elaboração ideológica. No entanto, a revista não se assume enquanto porta-voz do Fórum. A organicidade se dá por: divulgação de materiais, inclusive com produção de matérias a partir dos textos produzidos nos Seminários do Fórum; recorrências aos seus membros como “porta-vozes” do programa de “globalização”; elogios diretos ao Fórum como um grupo que efetivamente estaria “pensando o país” mesmo em momentos de crise; elogios ao seu fundador, pelo papel de articulação, o ex-ministro do governo de Castelo Branco, João Paulo dos Reis Velloso.

Entre os seus sócios, há ligações com outras entidades associativas e com o mundo acadêmico, onde se processa a formação dos intelectuais gerentes. E também com associações multinacionais e do mercado e ações. Há, em termos gerais, uma linha de continuidade com relação aos grupos estudados por Dreifuss e que deram os rumos econômicos do que viria a ser o regime militar, especialmente a abertura ao capital externo. Eles agora se rearticulavam, em nome da “modernização” no processo democrático. O outro veio de atuação desse projeto são os partidos políticos, especialmente o PSDB, e Fernando Henrique Cardoso, que faz parte do Conselho Diretor do Fórum Nacional.

Os setores que estão aqui representados são também alguns dos que estão presentes nas

páginas amarelas de *Veja*: os próprios capitalistas (“empresários”), os gerentes do capital nacional e externo, seus intelectuais orgânicos, e ainda a sociedade política, que agem como formuladores e executores. Essas pessoas são as articuladoras em torno do programa que seria colocado em curso, constituindo-se como um estado maior que definiria as funções específicas de cada fração das classes dominantes no processo. Eles estiveram durante todo o período da pesquisa, várias vezes presentes nas páginas de *Veja*, seja nas páginas amarelas como entrevistados, seja em citações diversas. Há uma expressiva afinidade entre os intelectuais do Fórum e a revista.

A gestação de um “projeto para o Brasil” foi partilhada por *Veja* e pelo Fórum Nacional. De resto, a editora e o ex-ministro Reis Velloso já vinham tendo atuação no sentido de propor um projeto para o Brasil.²⁶ Embora não se confundam, esses dois instrumentos convergem para o projeto encampado pelo governo de Fernando Henrique Cardoso que ajudaram a eleger. A afinidade com o governo é nítida, em que pesem divergências pontuais.

No início da década de 1990, João Paulo Reis Velloso apontava para o momento de “repensar o Brasil e realizar o nosso aggiornamento”,²⁷ ou seja, propunha um ajuste histórico com o passado e uma projeção de futuro, apontando como amálgama desse projeto a idéia de “modernização”. Nesse sentido, várias vezes o FN encaminhou suas ações, “através da realização simultânea das três modernidades: a econômica, a social e a política”.²⁸

²⁶ Velloso, antes da criação do Fórum já era referência para a editora Abril, como indica a publicação da obra: VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Brasil: a solução positiva*. São Paulo, Abril – TEC, 1978.

²⁷ VELLOSO, João Paulo dos Reis. *Um país sem projeto: a crise brasileira e a modernização da sociedade* – primeiras idéias. In: VELLOSO (Coord.). *A crise brasileira e a modernização da sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1990, p. 6.

²⁸ “Modernidade tríplice”. In: VELLOSO. (Org). *Inovação e sociedade*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1993, p. 12.

²⁵ www.inae.org.br.

Ao tratar do Plano Real remetem à essa retórica, buscando com isso pautar a discussão, dizendo que essa seria a forma atual de resolver o problema da “questão social”, como alertava Velloso: “modernidade não é apenas crescer rapidamente ou voltar-se para a competitividade”.²⁹ O tempo todo, busca pautar a política nacional, caberia ao Fórum “apenas propor idéias para o projeto nacional, e não de ele próprio tentar elaborar um projeto, função destinada aos partidos políticos”.³⁰ Reserva-se a função de apontar rumos a serem seguidos pelas demais organizações políticas, pelo Congresso Nacional e pelo poder Executivo.

Com o governo de Fernando Henrique Cardoso adquire estatuto central o tema da “governabilidade”, definindo limites para a “democracia”: “como conciliar o nosso multipartidarismo com o avanço, no sentido de dar solução aos grandes problemas nacionais, e, em especial, com a boa gestão da economia”.³¹ O Fórum, no momento da eleição de FHC, continua com patrocínio de grandes empresas e dos “estados maiores internacionais”. Na publicação do VI Fórum Nacional, ocorrido no Rio de Janeiro, em 1994, os patrocinadores foram: Banco do Brasil, BID, BNDES, Centro Internacional de Pesquisas para o Desenvolvimento (Canadá), Fiesp, FINEP, FIRJAN, Fundação Ford, IBMEC, Instituto Latinoamericano de Desenvolvimento Econômico e Social, Sebrae, e de empresas como Bradesco, Fundação Brascam, Grupo Rhodia, Grupo Ultra, White Martins. O Congresso Nacional, conclui Velloso, já mostrou que “pode funcionar bem quando se trata de

realizar reformas – mesmo constitucionais – de caráter mais nitidamente ideológico. Daí acontecer o impossível: a aprovação da flexibilização de monopólios, por esmagadora maioria, superando as grandes restrições a emendas constitucionais”.³²

Ou seja, teria que ser possível levar adiante o projeto, “ainda que sob uma democracia” e com “tantos partidos”, e isso estavam construindo. Isso, segundo ele, se devia ao fato de que a sociedade “nos últimos anos, realizou em grande medida a sua transição intelectual e ideológica, em direção aos paradigmas da modernidade econômica, e contra os radicalismos estatizantes e nacionalistas”.³³ As condições apontadas como necessárias no início dos anos 1990, são “ensinadas” à exaustão pelo programa de reforma moral e intelectual expresso em *Veja*, estariam sendo concretizadas.

A eleição de Cardoso não obscureceu para *Veja* e para o Fórum a importância da continuidade da direção e da formação, de forma a permitir que nos momentos decisivos as mudanças neoliberais continuassem, ainda que houvesse posições divergentes e resistência social. Ou seja, permanece a noção de projeto e a disputa hegemônica é explicitada no texto de introdução de 1994, do então Ministro da Fazenda, Rubens Ricupero: “Ainda não aprendemos que, depois da Constituição de 1988, temos um sistema em que o Congresso e o Judiciário reúnem soma de poderes muito grande, sobretudo no caso do Congresso. É preciso, ao eleger alguém, pensar não só nas qualidades pessoais, que, é claro, continuam decisivas, mas também em quais são as possibilidades que esse candidato tem de se viabilizar. O que nos tem faltado até agora é um **consenso operacional**, uma maioria estável no Congresso Nacional, enfim aquilo que os gramscianos chamam de uma **aliança hegemônica**.”³⁴ Ricupero completa: “é importante meditar sobre isso porque, na eleição

²⁹ A pauta da discussão do VI FN foi: a construção da modernidade econômico-social. In: VELLOSO e ALBUQUERQUE (org.). *Modernidade e pobreza*. São Paulo: Nobel, 1994, p. 13.

³⁰ “Introdução geral: idéias para a modernização do Brasil”. In: VELLOSO, ob. cit., p. xiv.

³¹ VEL. LOSO. João Paulo Reis. Introdução: os grandes desafios econômico-sociais do país. In: VELLOSO e ALBUQUERQUE (coord.). *Governabilidade e reformas*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1995, p. 9.

³² Idem.

³³ Idem.

³⁴ In: VELLOSO, J. P. R. (Coord.) *Estabilidade e crescimento: os desafios do Real*. Rio de Janeiro, José Olympio, 1994, p. 13. Grifos meus.

passada, a primeira que representou uma escolha já com as regras de 1988, essa consideração não pesou absolutamente. Acabamos elegendo um presidente que talvez tivesse uma agenda, mas que não tinha maioria, não tinha partido, não tinha, como se revelou depois, condições não só de realizar sua agenda, mas sequer de se manter no poder quando surgiram as dificuldades conhecidas.” Essa análise coloca abertamente o papel que esse grupo atribui a si: organizar o consenso, o que se deu tanto em 1989 como em 1994 (como já ocorrera também no processo Constituinte de 1993, que aqui não será abordado por falta de espaço).

Trata-se de uma síntese da atuação do Fórum Nacional, o estabelecimento de relações, a ampliação do Estado, permitindo a consolidação de seu projeto. A aplicação do programa neoliberal no Brasil esbarra em embates políticos. E cada vez mais o discurso “técnico” é usado para justificar medidas que somente os conhecedores de economia são capazes de compreender em sua complexidade, mas não são todas e quaisquer medidas que podem ser tomadas nessas condições. Na medida em que a conjuntura internacional se modifica, as táticas precisam ser revistas, mas a atuação do Fórum procurar estar sempre à frente da conjuntura.

As publicações do FN expressam análises sistemáticas, projetivas, formando efetivamente uma elite de intelectuais orgânicos vinculados ao “projeto para o Brasil”. Muitas dessas formulações aparecem em *Veja*, de forma simplificada, ideologizada, objetivando formar uma grande “massa de intelectuais”, reprodutores e executores desse projeto de “democracia de massas”.

O estudo dessas relações precisa ser aprofundado, pois faz parte de uma relação entre imprensa e poder no Brasil que apenas se aprofunda ao longo da história recente.

BIBLIOGRAFIA

BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe”. In: Michel J M Thiollent. *Crítica metodológica, investi-*

gação social & enquête operária. 5ª ed. São Paulo: Polis, 1987.

CHOMSKY, Noam. *O lucro ou as pessoas*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.

DREIFUSS, René. *A Internacional Capitalista: estratégias e táticas do empresariado transnacional*. 1918 – 1986. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1986.

DREIFUSS, René. *O jogo da direita*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1989.

DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. V. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

JOSÉ, Emiliano. *Imprensa e poder: ligações perigosas*. São Paulo: Hucitec / Salvador: Edufba, 1996.

MARX, *O Capital*. V. 1. Livro 1. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MORITZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em ‘tempo real’: o fetiche da velocidade*. Rio de Janeiro: Revan, 2002, p. 59.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal. 1989 a 2002*. Doutorado em História. Tese de Doutorado, UFF, Niterói, 2005.

SODRÉ, Muniz. *Antropológica do espelho*. Petrópolis: Vozes, 2002.